



ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E AS DEMANDAS EDUCACIONAIS NOS PROCESSOS DAS AVALIAÇÃO PEDAGÓGICAS

Maria Jucileide Duarte de Luna Freire¹
Adilma Gomes da Silva Machado²
Ana Gércia Leite Brasileiro³
Helena Cristina Clemente de Oliveira⁴
Maria Laudiceia da Silva⁵
Iara Alves de França⁶

RESUMO

O artigo discute sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos como objeto da avaliação. Para isso, investigam-se o fazer pedagógico do ensinante: ajustes e adaptações que viabilizam a técnica de avaliação nas classes com aprendentes com deficiência, público alvo da educação especial, que são: deficiência física, auditiva, visual e intelectual, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, baseado na Lei de Bases e Diretrizes/LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), no art. 58. Objetiva-se investigar e colaborar com a reflexão da avaliação educacional feita pelos docentes para os estudantes como também a busca pela qualidade educacional inclusiva. Como metodologia para esse trabalho de pesquisa, foi realizada uma investigação com os materiais utilizados para a produção das avaliações que são aplicadas para os estudantes com deficiência da rede pública de ensino de Conde/PB. Quanto aos principais resultados, após as análises e discussões são apresentadas as conclusões evidenciando com clareza a necessidade de ampliação, discussão e reflexão com os docentes sobre suas práticas pedagógicas, como adotar métodos diversificados para avaliar os estudantes respeitando suas singularidades. Percebe-se a relevância de cursos sobre as práticas pedagógicas junto com os docentes como forma de capacitá-los, pois quanto mais conhecimento adquirido esse profissional tem, mais produtivas e inclusivas serão seus materiais didáticos e avaliativos. Para o referencial teórico, foram consultados os autores tais como: Both (2007), Brasil (2006), Sant'anna (2001), Fonseca (1995), Perrenoud (1999), entre outros.

Palavras-chave: Educação Especial, Avaliação, Práticas Educacionais Inclusivas.

INTRODUÇÃO

¹ Mestra em Ciências da Educação. Docente efetiva Secretaria Municipal de Conde/PB. E-mail: jucileided26@gmail.com.

² Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa/PB, Brasil. Docente efetiva Secretaria Municipal de Conde/PB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1912-2852>. E-mail: adilmalibrasp@email.com.

³ Mestra em Ciências da Educação. E-mail: leiteanagercia@gmail.com.

⁴ Mestra em Ciências da Educação. E-mail: helenacristinajl@gmail.com.

⁵ Mestra em Ciências da Educação. E-mail: laudcea@hotmail.com.

⁶ Mestra em Ciências da Educação. Docente efetiva Secretaria Municipal de Conde/PB. E-mail: vesiara048@gmail.com.

A avaliação faz parte do dia a dia de nossa sociedade, constituindo um fator determinante para a continuação e a qualidade das ações, ainda que não se discutam, muitas vezes, seus critérios e sua legitimidade, entretanto, no campo educacional, em que se trabalha especificamente com a formação humana, avaliar exige um acordo direto e constante com a reflexão. Assim, nossa intenção, com este estudo, é discutir as necessidades e práticas educacionais inclusivas dos alunos com deficiências como objeto da avaliação.

Para tanto, investigam-se o fazer pedagógico do ensinante: ajustes e adaptações que viabilizam o processo de avaliação nas classes com aprendentes com deficiência, público alvo da educação especial, que são: deficiência física, auditiva, visual e intelectual, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, baseado na Lei de Bases e Diretrizes/LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), no art. 58.

O objetivo geral deste trabalho é investigar e colaborar com a reflexão da avaliação educacional feita pelos docentes para os estudantes como também a busca pela qualidade educacional inclusiva. A partir do objetivo, foi desenvolvida a metodologia que tem como foco realizar uma investigação com os materiais utilizados para a produção das avaliações que são aplicadas para os estudantes com deficiência da rede pública de ensino de Conde/PB.

Um dos principais resultados, após as análises e discussões são apresentadas as conclusões evidenciando com clareza a necessidade de ampliação, discussão e reflexão com os docentes sobre suas práticas pedagógicas, como adotar métodos diversificados para avaliar os estudantes respeitando suas singularidades. Percebe-se a importância de cursos sobre as práticas pedagógicas junto com os docentes como forma de capacitá-los, pois quanto mais conhecimento adquirido o professor tem, mais produtivas e inclusivas serão seus materiais didáticos e avaliativos.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se por pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, exploratório, tendo como norteadores para a realização de uma investigação a partir dos documentos normativos legais da educação brasileira, como: Art. 58 da LDB 9394/96 em seu Capítulo V; Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001, o Art.5 deixa clara essa abrangência na medida em que se consideram como educandos com necessidades especiais todos os que, durante o processo educacional apresentarem dificuldades de aprendizagem vinculadas, ou não, a uma causa orgânica específica; os que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e os de altas habilidades (p.70).

Nos embasamos em outros teóricos, como: Both (2007), Sant'anna (2001), Fonseca (1995), Perrenoud (1999), entre outros. Dessa forma, o caminho metodológico tem como foco realizar uma investigação com os materiais utilizados para a produção das avaliações que são aplicadas para os estudantes com deficiência da rede pública de ensino de Conde/PB, o qual utilizamos de alguns questionamentos como instrumento de coleta de dados.

Quais as necessidades educacionais especiais dos alunos como objeto da avaliação?

No Brasil, a expressão necessidade especial foi legalizada no Art. 58 da LDB 9394/96 em seu Capítulo V, referente ao alunado da educação especial. Considerando-se que a nova LDB veio à luz no auge de todo um movimento em prol de uma escola inclusiva - uma escola de boa qualidade para todos -, a expressão tornou-se mais abrangente, aplicando-se, não só aos alunos com deficiências, como a todos aqueles “excluídos” por diversas razões. Na Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001, o Art.5 deixa clara essa abrangência na medida em que se consideram como educandos com necessidades especiais todos os que, durante o processo educacional apresentarem dificuldades de aprendizagem vinculadas, ou não, a uma causa orgânica específica; os que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e os de altas habilidades (p.70).

Dentre outras razões, com a substituição dos termos: “excepcional”, “deficiente”, “portador de deficiência”, “pessoa com deficiência” e outros, pela expressão “necessidades especiais”, objetiva-se a substituição do paradigma reducionista organicista- centrado na deficiência do sujeito- para o paradigma interacionista - que exige uma leitura dialética e incessante das relações sujeito/mundo. Sob este enfoque interacionista, necessidades especiais traduzem as exigências experimentadas por qualquer indivíduo e que devem ser supridas pela sociedade. Enquanto que na expressão “pessoa portadora de deficiência” destaca-se a pessoa que “carrega” (porta, possui) uma deficiência, pretende-se que a expressão “necessidades especiais” evidencie a responsabilidade social de prever e prover meios de evitá-las ou de satisfazê-las. Cumpre ressaltar que, na mudança para o paradigma interacionista, devemos considerar, também, os alunos de altas habilidades/superdotados, evitando-se “cair na cilada em que tantos textos especializados em Educação Especial caem (Delou, 2002), na medida em que se referem às necessidades especiais apenas ou quase que só em relação a pessoas com deficiência.

Usando-se uma imagem da Psicologia da Forma, a deficiência ou a superdotação deixam de ser as “figuras” passando a ser o “fundo” de um contexto no qual a sociedade tem o principal papel, seja na produção das necessidades especiais de determinadas pessoas ou grupos, seja na satisfação dessas necessidades. E, no âmbito escolar, a expressão passa a ser necessidades educacionais especiais, amplamente usadas por profissionais da educação especial. Devido a isso estabeleceu-se a relação entre as necessidades educacionais especiais e a deficiência, embora, todos os alunos, indiscriminadamente, sintam e manifestem necessidades educacionais, alguns temporariamente e outros de forma mais duradoura, dependendo de suas características biopsicossociais e da ajuda e apoio que recebem. Se, por um lado, é pertinente, como direito de cidadania, conhecer as necessidades dos diferentes alunos, por outro lado, teme-se que, com outra maquiagem, os procedimentos de identificação das necessidades educacionais especiais reproduzam o modelo médico de avaliação. E assim será, tanto mais quanto às necessidades educacionais especiais forem concebidas como “déficits” que precisam ser diagnosticados, e, posteriormente, inseridos numa categorização, que rotula e gera preconceitos.

Feita essa longa digressão em torno da expressão - necessidades educacionais especiais - que, por ser genérica e abrangente, tem gerado polêmicas, cabem algumas reflexões em torno das referidas necessidades, propriamente ditas. Podemos descrevê-las a partir de vários recortes epistemológicos baseados nos conceitos e teorias de educação, de desenvolvimento e de aprendizagem e que mantêm, entre si, inúmeras interfaces, como explicitado por Luckesi(op.cit.): A educação escolar é uma instância educativa que trabalha com o desenvolvimento do educando, estando atenta às habilidades cognitivas sem deixar de considerar significativamente a formação das convicções. Junto com o desenvolvimento das habilidades cognitivas, dão-se também, a formação de múltiplas convicções, assim como de habilidades motoras.

A escola não poderá descuidar dessas convicções e habilidades. “À escola cabe trabalhar para o desenvolvimento das habilidades cognitivas do educando em articulação com todas as habilidades, hábitos e convicções do viver. Habilidades como analisar, compreender, sintetizar, extrapolar, julgar, escolher, decidir etc... (p.126).

Assim, as necessidades educacionais (referentes à educação escolar) podem se manifestar como exigências de mediação nos aspectos cognitivos, linguísticos, afetivos, motores, psicomotores, práticos e sociais, para o desenvolvimento de competências e de habilidades, inclusive nas condutas adaptativas, estas mais concernentes aos alunos com deficiências.

Segundo Perrenoud (1999 b) a competência traduz-se por saber e fazer, envolvendo “diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação que suportam inferências, antecipações, transposições analógicas...” (p.24 e 27). Ainda com esse autor (ibid., p.26), as habilidades fazem parte das competências. Em relação a estas, do documento intitulado Matrizes Curriculares de Referência para o Sistema de Avaliação de Educação Básica –SAEB- (1999) constam inúmeras competências cognitivas agrupadas em “três níveis distintos de ações e operações mentais que se diferenciam pela qualidade das relações estabelecidas entre o sujeito e o objeto do conhecimento” (p.10)

De acordo com a reflexão acima, podemos entender que para uma inclusão para todos, faz-se necessário realizar um trabalho que envolva toda a sociedade em um discurso que contemple o aprendizado que valoriza as singularidades dos sujeitos e assim promova a autonomia de cada um dos estudantes, incluindo, os estudantes com deficiência.

Avaliação Diagnóstica

Entende-se por avaliação diagnóstica, uma ferramenta que traz informações sobre o quanto os estudantes dominam determinados conhecimentos, habilidades e competências. Assim é possível, dessa forma, mapear os pontos fortes e as dificuldades de cada aluno e de cada turma, em específico, a qual funciona de fato como um diagnóstico que serve de norteador no fazer pedagógico.

Para Sant’Anna a avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT’ANNA, 2001, p.29, 30). Portanto, o fazer pedagógico do ensinante: ajustes e adaptações que viabilizam o processo de avaliação nas classes com aprendentes com deficiências, levando constantemente uma reflexão desse profissional.

É de suma importância que o trabalho educacional, no chão da sala de aula, deverá ser assessorado por professores especializados em Educação Especial e, quando necessário, por profissionais da área de reabilitação, que passam a serem parceiros no desenvolvimento do educando: como fonoaudiólogo, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos dentre outros.

Faz-se necessário destacar que as ações educativas para estes alunos devem estimulá-los a utilizar suas reais possibilidades para conhecer o mundo através de interações como meio, garantindo a essas crianças, como as demais, o desenvolvimento da totalidade de



suas potencialidades. A utilização de recursos ergonômicos (adaptações do meio físico) possibilita posturas corporais adequadas, facilita o acesso aos mobiliários e nas dependências da escola, auxilia nas funções que exigem coordenação motora e comunicação, tornando-se, em muitos casos, fundamental para a realização de um bom trabalho pedagógico visando um processo de avaliação contínua observando diferenças e especificidades e com flexibilidade analisar, refletir e buscar meios para ajudar o professor que ainda tem dificuldade em realizar o processo de avaliação em sua sala de aula.

É sabido que muitos professores ainda têm dificuldade em aplicar algum tipo de avaliação com alunos com deficiência, muitas vezes porque demonstram desconhecimento quanto ao potencial destes alunos, assim deixam seu despreparo para lidar com esta questão. Apesar da existência de dificuldade para avaliar seus alunos especiais, muitos educadores fazem questão de ir em buscar alternativas para sanar tais dificuldades no processo ensino e aprendizagem e avaliação, promovendo o fortalecimento do seu fazer pedagógico. Outros promovem a discriminação por meio de “finjo que não vejo”, bem como culpabiliza a escola pela inclusão do aprendente em turma regular. Muitas vezes o preconceito faz com que seja negado às crianças o direito de aprender como todo e qualquer aluno bem como negar possibilidades de avanços pedagógicos, provocando lacunas irreparáveis.

O paradigma da inclusão nos propõe a superação deste discurso que durante muito tempo fez com que muitos alunos especiais ficassem impedidos de frequentar as escolas de ensino regular, esta visão é fruto de uma representação que ainda hoje perdura, na qual o aluno com necessidades educacionais especiais é visto como um problema a ser resolvido exclusivamente pela Educação Especial ou por profissionais que o acompanham, fazendo com que vários alunos capazes de se integrar a escola regular fiquem restritos a ambientes segregados do convívio com os demais estudantes, e assim perdendo a oportunidade de se desenvolver e ser um profissional capaz e competente, como nos lembra Fonseca (1995,p.210):”No passado a Educação Especial e toda sua superestrutura apontava o dedo de acusação para a criança deficiente. No futuro, provavelmente teremos que apontar o dedo para o sistema de ensino”.

Concorda-se com o autor, pois se refere à questão da inserção do aluno com deficiência no ensino regular. O pensador trata da questão da obrigatoriedade da inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas juntamente com os demais alunos, participando e interagindo, pois, a inclusão só acontece verdadeiramente quando são garantidos o acesso, permanência e a participação do educando no contexto educacional. Já está fazendo com que todo o sistema de ensino se responsabilize por esses educandos, não sendo esta uma

responsabilidade apenas da Educação Especial. A aceitação desses alunos pelo professor e seu empenho para realizar um bom trabalho são alicerces fundamentais na construção de uma escola que avalia visando a inclusão. Dificuldades sempre irão existir, considerando a diversidade do grupo que se apresenta a turma, porém é competência do educador buscar formas de suplantá-las, sendo necessário que as dificuldades sejam entendidas como desafios e nunca como impossibilidade.

Uma boa avaliação pressupõe um conhecimento tanto das capacidades do aluno, quanto da possibilidade de fazê-lo de maneira inclusiva contemplando todos. Acredita-se ser necessário, além dos urgentes incentivos governamentais, um maior compromisso dos professores com a inclusão de todos os alunos sejam eles com deficiência ou outra necessidade pedagógica, já que, observa-se que existem professores que conseguem dimensionar o quanto sua postura em sala de aula pode interferir na vida dos seus aprendentes. A condição de muitos professores em ainda estarem presos a processos de avaliação tradicionais, como testes e provas contribui para que não se sintam capazes de criar outras formas de avaliação para estes alunos, é certo que a prática da observação diária ainda é um sonho distante, assim é preciso que haja maior investimento na formação profissional na própria formação acadêmica.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994^a, p.11), o documento de origem e referência para educação inclusiva, na parte onde trata de seus apelos para todos os governantes, relaciona entre suas recomendações, um tópico a respeito dessa questão: "assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínuo estejam voltados para atender as necessidades educativas especiais nas escolas integradoras".

Dessa forma pode-se verificar que tal mudança ainda carece de estar mais presente em iniciativas que visem a formação continuada dos professores, oferecendo a estes educadores novas formas de pensar diversos aspectos da educação, a fim de atender às peculiaridades individuais de cada aluno, e entre tais aspectos acreditamos que a avaliação de alunos com deficiência. Este ponto merece destaque devido a sua relevância para o êxito da inclusão escolar de nossos aprendentes e suas diferenças no contexto de aprender e desenvolver essa aprendizagem.

Avaliando o aluno com deficiência no chão da sala de aula

Ao longo do processo ensino e aprendizagem surgem muitas dúvidas que dizem respeito à avaliação dos alunos que apresentam alguma deficiência. Dessa forma, ainda surgem muitos questionamentos dos profissionais que trabalham com turmas com aprendentes, público alvo da educação especial, como: As provas precisam ser diferentes? Devem ser mais flexíveis? O professor deve ajudar o aluno? Pode-se que Independente da resposta a essas questões, é certo que a proposta tradicional com crianças enfileiradas em carteiras, cabeças baixas e pensativas diante de uma folha de papel, está obsoleto, concordam? Assim pode-se dizer que por mais que um aluno não tenha uma deficiência, quando se cria um padrão, as habilidades e competências, bem como as dificuldades das crianças não são respeitadas e nem mesmo atendidas como devem de fato e de direito. Faz-se necessário refletir sobre as diferentes formas de aprender entre os alunos, dessa forma independente de as crianças terem deficiência ou não, elas percebem as orientações do ensinante de diferentes explicações.

Não diferente das aulas, as avaliações devem ser pensadas conforme as habilidades de cada aluno respeitando suas diferenças e especificidades e de acordo com o que explicita os Parâmetros Curriculares Nacionais, o currículo também precisa ser adaptado, flexível visando sempre a realidade de cada segmento no chão da sala de aula de cada escola. Vale salientar que prática pedagógica contínua necessita, de tempos em tempos, ser repensada. Pois a sociedade muda e nesse sentido a escola precisa urgentemente acompanhar essas transformações. Com essa realidade, a construção de um planejamento forte e flexível tornará o fazer do professor mais rico e renovado, portanto, pensando sempre em organizar um ambiente de confiança até mesmo porque ser avaliado é motivo de desconforto para qualquer indivíduo, seja para os pequenos, adolescentes, adultos ou idosos.

A avaliação deve servir, exclusivamente, para verificar, analisar e refazer o que precisa ser melhorado no dia a dia de uma sala de aula e, com isso, construir novos caminhos para melhor e ampliar a capacidade de aprendizado do nosso alunado. A avaliação jamais deverá ser aplicada como punição, com o intuito de causar medo e preocupação em quem está sendo avaliado, é certo que neste caso vai impactar diretamente na autoestima e autoimagem dos estudantes. Isso com certeza dificulta com gravidade a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento da leitura e da escrita e das suas habilidades. Desta forma, sugere-se que o educador, mantenha seu ambiente organizado e que ofereça confiança aos aprendentes organizando sempre, em um planejamento focado na afetividade e empatia e assim construir um estabelecimento de vínculos positivos, sensíveis e éticos onde os conteúdos sejam trabalhados em partes pequenas, pois tudo que é visto como obstáculo na sala de aula para o

fortalecimento da aprendizagem deve ser excluído, porque num processo onde o aluno não consegue compreender o conteúdo como um todo faz-se necessário repensar e redirecionar as ações do planejamento onde o conteúdo vai ser trabalhado em partes no intuito facilitar o entendimento e o bom rendimento na aplicabilidade em cada avaliação.

Um aluno com deficiência e com dificuldades para interpretar um enunciado, o professor deverá usar de meios motivacionais para que a criança se sinta importante ao observar que sua dificuldade em determinado conteúdo está sendo revisado e por dias seguidos que é o correto até mesmo porque alguns conteúdos são difíceis de assimilação, e o que é natural quando o assunto é novo para os alunos e em particular se esse aluno que faz parte do grupo da educação especial. É importante estar sempre revisando, construindo, desconstruindo e refazendo porque a repetição contribui com riqueza para aprendizado da criança que apresenta algum tipo de deficiência cognitiva. Sendo assim, o professor deverá optar por diversas formas de avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

A flexibilidade deverá acontecer tanto nas formas de avaliar os alunos, quanto na hora de explicar os conteúdos, da mesma forma, é importante diversificar os materiais de apoio nas aulas para que os limites dos alunos sejam respeitados, como também oportunizá-los a desenvolver a aprendizagem. Abandonar a velha lousa por alguns momentos, dias e até horas é um grande passo para o ensinante que visa e utilizar outros recursos como, os jogos educativos que além de explorar a ludicidade envolve a turma num mundo do brincar e do aprender, pois as atividades lúdicas são prazerosas e desenvolve a aprendizagem mais rápida significativa, e se for um bom observador facilmente perceberá as principais dificuldades e potencialidades dos discentes, e assim na hora de avaliar, considerar o conteúdo que o aluno conseguiu adquirir e avançar nas disciplinas.

Para isso é importante que o professor verifique tudo o que produziu em seu caderno e nos exercícios repassados em sala de aula, sua participação em todo contexto educacional. Partindo desse pressuposto ficará mais fácil definir os instrumentos de avaliação adequados para cada aluno-turma, pois cada aluno é ser pensante, que aprende e se desenvolve de maneira diferente e em ritmo e tempo distinto. Vale ressaltar que estratégias para cada tipo de deficiência são diferenciadas, pois cada tipo de deficiência exige adaptações e mecanismos avaliativos diferentes.

Alguns exemplos que se bem trabalhados fortalecerá o trabalho do ensinante no processo avaliativo.

1-Alunos com deficiência cognitiva, uma forma rica e eficiente para ajudá-los a enfrentar suas dificuldades é trabalhar constantemente com ilustrações e objetos concretos espalhados na sala de aula, pois os textos, isolados, são abstratos para esse grupo.

2-No que diz respeito a criança cega ou surda é importante diminuir as questões dividindo-as em partes, com certeza essa ação vai facilitar a compreensão dos enunciados para todas as crianças com dificuldade em interagir com a turma.

3-É um direito do aluno que tem deficiência visual receber auxílio de um profissional qualificado para ler as perguntas (ledor) e da mesma forma os alunos que têm deficiência auditiva ter sempre ao seu lado um intérprete de Libras ao seu lado, não só nos momentos que está avaliando, mas, em todo decurso do ano letivo.

4-Se for o caso o professor deverá ajudar com a avaliação, se perceber que o aluno está com dificuldades para responder às questões, anotando a necessidade de ajuda junto à avaliação para em outro momento e, a avaliação seja refeita de forma mais prazerosa.

5-Envolver os pais no processo gera confiança, entusiasmo e acima de tudo diálogo constante, estabelecendo uma comunicação contínua com os pais dos alunos com deficiência tratando com eles sobre as dificuldades que o professor tem em lidar com algumas situações, mas também sobre sua capacidade de contribuírem em todo o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos no decorrer do ano letivo.

Como ato/ação humana, o processo de avaliar acontece constantemente, quer de forma sistematizada por processos e etapas, que de modo informal a partir de escolhas, reflexões ou análises que fazemos em nosso cotidiano de vivências e de relações sociais. Avaliar, antes de tudo, constitui-se como processo de perceber, analisar, julgar e atribuir um determinado juízo de valor a algo, alguém ou alguma coisa. (BOTH, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação educacional é de suma importância para que o professor tenha dados sobre o aluno e possa pensar nas estratégias que serão usadas para atender as necessidades do aluno e o mesmo tenha a oportunidade de aprender o que não conseguiu e avançar no que já foi consolidado.

Enfim, ainda há muitas discussões a serem feitas sobre a avaliação educacional, mas é importante lembrar que se deve, sempre, estar realizando a avaliação, entendendo que ela é processual e contínua, necessário para que possamos planejar todas as ações pedagógicas a



serem executadas com os educandos em determinados períodos e constantemente reavaliar, assim o professor tem mecanismos para um fazer pedagógico com mais eficácia.

Parte em que se apresenta as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses propostos.

Após a análise e discussão dos resultados, são apresentadas as conclusões e as descobertas do texto, evidenciando com clareza e objetividade as deduções extraídas dos resultados obtidos ou apontadas ao longo da discussão do assunto. Neste momento estão relacionadas às diversas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho, num processo de síntese dos principais resultados, com os comentários do autor e as contribuições trazidas pela pesquisa.

Cabe, ainda, lembrar que a conclusão é um fechamento do trabalho estudado, respondendo às hipóteses enunciadas e aos objetivos do estudo, apresentados na Introdução, onde não se permite que nesta seção sejam incluídos dados novos, que já não tenham sido apresentados anteriormente.

REFERÊNCIAS

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: a filosofia do conhecimento. Curitiba, PR: IBPEX, 2007.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão)

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FONSECA, V. **Educação Especial**: Programa de estimulação precoce uma introdução às ideias de Fuerstein. Porto Alegre: Artemed, 1995.

DELOU, C.M.C. **Parecer encaminhado ao MEC/SEESP, por solicitação, acerca do presente documento**. Mimeo, 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

PERRENOUD (a). **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.